AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. I – N.° 14

19 DE AGOSTO DE 1977

PERIODICOS

GOMES FREIRE 22.VIII.77 DR-RIO

BRASIL CORREIO N.S 00080 10 416

29

Biblioteca

BIBLIOTECA KARL A BOEDECKER
ESCOLA DE ADMINISTRAÇAO DE EMPRESAS
FGV - A/C Tânia Rodrigues Mendes
AV 9 de Julho, 2029 - 10º andar
SAO PAULO - SP

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

AGROANALYSIS é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola.

COORDENADOR Paulo Rabello de Castro

QUADRO TÉCNICO Ailton Coentro Filho
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Roberto Moreno Moreira

José Marcos Lemos Fochi
Moema Unis Benevides
Regis Norberto da Cunha Alimandro

Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Inês Teresa Lyra
Itazil Fonseca Benício dos Santos
Ivan Wedekin

DOCUMENTAÇÃO Maria Eunice Rocha

Agroanalysis. v. I – , n. 1 – ; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola.
v. ilust. 30cm Quinzenal

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola.

CDU 631(05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. I nº 14 19 de agosto de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Cacau: perspectivas de recuperação da liderança mundial .... (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Avicultura: preços mínimos não deverão solucionar problemas do setor (pág. 11)

Pecuária de Leite: programa de estoques reguladores pode ser melhor opção do que preços mínimos para o leite em pó (pág. 13)

Trigo: auto-suficiência somente através de mais pesquisa fitogenética (pág. 14)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Cacau: evolução da produção, exportação e consumo interno .. (pág. 16)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ANÁLISE DA QUINZENA

Cacau: perspectivas de recuperação da liderança mundial

O ano de 1977 poderá constituir-se em novo e importante marco para a cacauicultura nacional pelos eventos que ocorrem nos planos doméstico e internacional. A possibilidade da receita cambial proveniente do cacau e seus derivados atingir a cifra inédita de US$ 800 milhões significa a assunção do cacau ao 3º posto na nossa lista de produtos exportáveis. Se as oportunidades de mercado que ora se apresentam, suscitarem tomadas de decisão racionais e realistas, o cacau poderá se manter numa posição de grande destaque em anos futuros. Neste sentido, o lançamento do Programa Nacional de Expansão da Cacauicultura (PROCACAU) parece configurar justamente uma correta avaliação das perspectivas futuras do mercado, por parte dos responsáveis pelos destinos da cacauicultura. O PROCACAU representa um esforço de planejamento desta cultura para a próxima década, a fim de que o país reassuma a liderança no mercado internacional.

A saga do cacau, até mesmo por sua relativa longevidade, merece um retrospecto. De seu primeiro plantio em 1746 no Sul da Bahia, o cacau viveu marchas e contramarchas, reflexos quase sempre dos acontecimentos mundiais. Para o mercado internacional têm sido voltados todos os fatos da economia cacaueira desde a sua implantação. Como consequência,a parte Sul do estado da Bahia assistiu, ao longo de dois séculos, o desenrolar de eventos geo-sócio-econômicos, épicos nas suas origens, tecnológicos em fases mais recentes, razão porque hoje hospeda, segundo seus historiadores,uma"civilização regional".

A cacauicultura brasileira se explica em duas grandes fases. No século XVII, foram exportadas as primeiras partidas da região amazônica, principal produtora. A partir de 1880, a Bahia assumiu a hegemonia, detendo atualmente 96% da produção brasi-

leira. Do percentual restante, o estado do Espírito Santo é responsável por 3,4%.

No período de 1860 a 1910, o acontecimento de maior importância econômica foi o deslocamento da cultura, nativa da América, para a África Ocidental, que assumiu a liderança da produção mundial, até então nas mãos do Equador, Venezuela e Trinidad.

A forte instabilidade da demanda mundial,e consequentes flutuações da produção, consubstanciaram os inúmeros ciclos de euforia e depressão, vividos pela cacauicultura baiana principalmente a partir de 1912, quando passou a ser a principal atividade econômica do Estado.

Nos três últimos quartos de século, inúmeras foram as medidas tomadas pelos governos federal e estadual e pela classe produtora: criação do Instituto do Cacau da Bahia (1931); estabelecimento do Conselho Consultivo dos Produtores; formação da la. cooperativa de produtores de cacau; criação da Comissão de Comércio de Cacau da Bahia-COMCAUBA (1949). Esses órgãos vêm desempenhando papel importante em reduzir as crises sucessivas que atingem a região, fruto quase sempre da enorme dependência às imposições dos países consumidores, que controlam a comercialização no plano internacional.

A crise de 1957, causada por fatores notoriamente conhecidos - baixa nos preços internacionais e distorções de ordem estrutural do sistema produtivo - resultou em medida decisiva que viria revolucionar a sistemática de produção do cacau: a criação do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, sob responsabilidade de uma Comissão Executiva (CEPLAC). A base financeira do Plano foi instituída no mesmo Decreto que criou a CEPLAC, através do Fundo para Recuperação Econômico-Rural dos Cacauicultores, no montante de Cr$ 1,0 milhão (preços de 1957).

No plano da comercialização, naquele mesmo ano, houve a intervenção da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil - CACEX - que passou a ser a vendedora única no período compreen

dido pelas safras 57/58 a 60/61, a fim de obter uma ordenação mais rígida das operações no mercado internacional. Naquela ocasião, a incumbência de disciplinar as ofertas de todas as entidades exportadoras era da alçada da COMCAUBA. Passado o período de intervenção direta, cuja atuação em nada alterou a estrutura de compras das entidades, prevalecente na época, esse órgão voltou ao papel de mero controle dos preços para registro.

Após 4 anos de sua criação, a CEPLAC chegou a conclusão que o simples fornecimento de crédito subsidiado aos produtores não contribuia em nada para eliminar a estagnação tecnológica da lavoura cacaueira. Concluiu também que o "know-how" de que dispunha era extremamente precário para ser transmitido aos produtores. Desse balanço crítico, resultaram duas decisões fundamentais para a revolução tecnológica do sistema produtivo: 1a) a obtenção de recursos financeiros não-fixos nominalmente, para evitar a corrosão inflacionária. O novo sistema proporcionou retenção de um percentual (atualmente 10%) do valor da receita cambial do cacau em amêndoas e dos produtos processados (torta, manteiga, "liquor", pó de cacau e outros) ; 2a) criação do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC).

De posse das novas condições de trabalho, além dos programas nas áreas de extensão, fitossanitária e de adubação, a CEPLAC passou a desenvolver intenso programa de implantação e renovação de cacauais, dentro de uma tecnologia autóctone. No período 1966/76, foram implantados 58.091 ha de novos cacauais e 10.164 ha de renovação, que no conjunto representam cerca de 15% da área total plantada no País. Deve-se destacar que um cacaual novo ou renovado com variedade híbrida representa um aumento de produtividade acima de 200%, passando o produtor a colher até 100 arrobas de amêndoas secas por hectare ao invés de 30 arrobas, rendimento físico de um cacaual velho.

Na medida que esse progresso se verificava no setor produtivo, do lado da comercialização não se evidenciava nenhuma mudança, continuando a suceder crises periódicas. Neste aspecto, muito há que ser feito para assegurar a boa fé das transações comerciais a fim de consolidar o desenvolvimento do setor produtivo. Somen

te nos últimos anos tem se processado real modernização do sistema transacional, em termos de rapidez de decisão, nas entidades que operamna àrea de exportação (ICB, Cooperativas e empresas exportadoras). Através dessa modernização, poder-se-á captar na hora certa as oportunidades de preços, diante do mercado consumidor, altamente estruturado no campo da comercialização.

No plano mundial, do lado da oferta, o crescimento anual da produção tem sido da ordem de 1,7%, referente à produção média dos quadriênios 1960/61-1964/65 (1.231.400 t longas) e 1970/71 -1974/75 (1.460.200 t longas). A taxa positiva de crescimento da produção mundial tem se verificado graças aos incrementos individuais das safras brasileira e da Costa do Marfim, que no período comparado apresentaram crescimentos médios anuais de 5,5% no Brasil e de 7% na Costa do Marfim. Gana, o principal produtor mundial, no mesmo período apresentou um decréscimo médio anual da ordem de 1,4%. A Nigéria que há muitos anos vinha se posicionando no 2º lugar, apresentou pequeno incremento na produção (2,2% a.a.). O aumento na produção de Camarões e dos países restantes (Equador, México etc.) tem sido da ordem de 3% a.a.

Do quadro acima, fica evidenciado um certo arrefecimento na expansão da cacauicultura africana (à exceção da Costa do Marfim), que por razões de instabilidade política em determinados casos, ou de ordem econômica (petróleo), ou pelas distorções estruturais do complexo produtivo/comercial, assoberbado por rigoroso controle estatal, não tem apresentado os níveis de produção esperados. Em anos recentes, as condições climáticas adversas, prevalecentes na África, têm sido fator mais direto da quebra de safras.

Diante das perspectivas sombrias da produção africana, espera-se que seja bastante crescente a participação do Brasil na oferta mundial. Com base em projeções efetuadas pela Organização Internacional do Cacau (OIC), a CEPLAC estima que a produção mundial em 1984/85 será de 2,0 milhões t de cacau em amêndoas. A participação do Brasil, naquela safra, seria de 19,0%, em comparação à média de 15,5% no triênio 1972/73 a 1974/75, quando a produção mun-

dial média foi de 1.443.000 t. O incremento da produção brasileira no período em tela, seria então de 157.000 t, representando 70% a mais do que a produção do triênio 1972/73-1974/75.

Do lado da demanda, os estudos levados a efeitos pela OIC sobre a evolução do consumo dos principais países desenvolvidos, chegaram à idêntica conclusão: o consumo em 1985 oscilará entre 1,95 a 2,05 milhões t, com os preços do cacau em amêndoa situando-se na faixa de US$ 0,415 a US$ 0,560 por libra-peso.

A escalada de preços ocorrida no mercado internacional, a partir do 2º semestre de 1976, certamente introduziu novas influências que não haviam sido consideradas na projeção da faixa de preços mencionada acima.

Após a safra de 1974/75 (1.546.000 t), próxima do recorde, as subsequentes vêm declinando, principalmente a de 76/77 - decréscimo de 11,4% em relação à maior produção - e a safra atual (77/78), em que se prevê queda na oferta mundial, em virtude das condições climáticas (seca) na África, e da ocorrência da "podridão parda" no Brasil. Esses fatos, aliados à nova estratégia mercadológica imprimida por Gana e Nigéria (ausentes do mercado à menor tendência de queda nos preços), provocaram profunda reviravolta no mercado internacional, com a cotação do cacau em amêndoa atingindo cifras inéditas em 1977, acima de US$ 2,00/libra-peso, o que representa mais de três vezes os preços vigentes em janeiro de 1976.

A tendência declinante do setor produtivo tem provocado intensa preocupação nos países consumidores, que vêm operando com estoques abaixo do nível ótimo e, a longo prazo, temem por uma ociosidade maior de seu parque industrial. Comissões da OIC, representando os países consumidores, têm visitado os principais centros produtores, a fim de verificarem "in loco" as causas de quebra de produção e de conhecerem os planos de trabalho governamentais para expansão e aperfeiçoamento da cultura.

Paralelamente, ocorrem as negociações para es-

tabelecimento das novas bases do Acordo Internacional do Cacau.

Historicamente, as tentativas iniciais de administração da oferta e demanda do produto remontam ao começo da década de 60, quando os países que detêm 85% da produção mundial - Gana, Nigéria, Brasil, Costa do Marfim e Camarões - no final das negociações havidas à época, fundaram a Aliança dos Países Produtores de Cacau.

Em 1972, após inúmeras tentativas mal sucedidas, os principais países produtores em reunião com os maiores consumidores (à exceção dos EUA) decidiram subscrever um Acordo Internacional do Cacau, ora em vias de renovação, e mediante o qual se espera estabilizar os preços máximos e mínimos do cacau em amêndoa. Além da estabilização de preços, o Acordo, em suas cláusulas, prevê a fixação de cotas de exportação e a formação de um estoque regulador ("buffer stock"), a fim de equilibrar o fluxo de oferta, no caso de fortes oscilações de preços no mercado.

A mais recente reunião do Conselho Internacional do Cacau realizou-se em Londres, fins de julho, com a presença de 42 países. Em relação a preços de referência para a formação de estoques reguladores, não se chegou a nenhum consenso. A proposta feita pelo presidente do Comitê Executivo de US$ 0,65/libra-peso para o mínimo e US$ 0,81 para o máximo, não foi aprovada nem pelos países produtores nem pelos consumidores. Embora o Brasil aceitasse negociar a faixa, os países africanos resistiram, recebendo no final o aval do Brasil, partidário que era da decisão em bloco.

Diante do impasse, a Aliança dos Países Produtores resolveu convocar reunião extraordinária para os dias 19 e 20 de setembro, em Lomé. Caso não se chegue a um denominador comum nessa reunião, o que depende principalmente dos países africanos, o Acordo prevê a prorrogação por mais 2 anos da atual faixa US$ 0,39 - US$ 0,55/libra-peso para compra e desova dos estoques, respectivamente, tendo em vista que o prazo para a decisão expira em 30/09.

No estabelecimento das cotas-básicas para a sa

fra 1977/78, a participação do Brasil permaneceu a mesma (17,7%), com direito à exportação de 226.000 t. A não alteração do percentual brasileiro deveu-se ao fato de que o cômputo foi feito com base nas médias de produção do período de 1971 a 1975. Haverá modificação da participação brasileira apenas para a safra 78/79, quando o aumento de nossa produção e o decréscimo da produção africana forem incorporados aos cálculos.

O fato mais importante das recentes reuniões do Comitê Executivo da OIC foi a declaração individual dos países africanos afirmando não haver interesse de que o Mercado Comum Europeu (MCE) mantenha ou imponha obstáculos à entrada do cacau processado brasileiro. Esta conquista da delegação brasileira, poderá constituir-se na ampliação do mercado europeu para os derivados de cacau de procedência brasileira.

A aplicação prática de tal resolução por parte do MCE resultará em redução ou virtual eliminação das tarifas de importação dos derivados de cacau exportados do Brasil. Com isso, crescerá a vantagem relativa das exportações sob a forma industrializada, que atualmente já conta com benefício fiscal compensatório. Resta saber se a posição relativa entre exportadores de amêndoas e de semi-industrializados não deva ser preservada, a fim de que não se atribua vantagem desproporcional à exportação dos derivados de cacau.

No setor da industrialização interna para exportação, profundas modificações têm ocorrido na presente década, com a ampliação da capacidade instalada e com os projetos de novas indústrias, já aprovados. As indústrias já instaladas, a saber - 1) em Salvador: Barretto de Araujo S.A. (815.532 sacas de 60 kg de amêndoas/ano de 10 meses); Chadler Industrial S.A. (433.200 sacas); Joanes Industrial S.A. (489.228 sacas); 2) em Ilhéus: Cacau Industrial e Comercial S.A. (468.000 sacas); Barretto de Araujo Produtos de Cacau S.A. (600.000 em ampliação para 1.000.000 sacas) - perfazem um montante de 2.805.960 sacas. Os projetos aprovados (Manoel Joaquim de Carvalho Cia. Ltda - 500.000 sacas; Itaísa, da Cooperativa Central do Cacau - 500 mil sacas - ambos os projetos em Ilheús), somados aos já instalados, re

resentarão, em futuro próximo, uma capacidade instalada de 4.205.960 acas, acima dos níveis atuais de produção nacional de amêndoa.

O impulso que vem sofrendo o setor industrial, reflexo do apoio governamental para exportação preferencial de produtos com maior valor agregado, vem causando apreensões no setor produtivo, temeroso de se configurar numa situação oligopsônica à semelhança do que vem ocorrendo com o parque extrator de suco de laranja, em São Paulo.

Por outro lado, o rítmo de expansão do setor industrial poderá levar à situação indesejável de ociosidade da capacidade instalada, caso haja quebra de safras, o que implicará em aumento dos custos médios industriais. Não foram consideradas ainda as possíveis reações dos industriais no exterior, cujas unidades foram instaladas para o processamento do cacau em amêndoas.

No que se refere ao consumo interno, que vem sendo objeto de campanhas anuais para seu incremento, através do Comitê Nacional de Expansão do Consumo Interno de Chocolate (CONEC), os resultados têm sido altamente vantajosos. No período compreendido entre 1972 - ano inicial da campanha - e 1976, o crescimento do consumo per capita foi de 43,0%. Em vista desse excelente desempenho, o CONEC resolveu prorrogar o término da campanha, prevista para encerrar em 1976, por mais um período de 5 anos.

A ampliação do mercado interno pode ser considerado fato sócio-econômico de elevada importância, desde que constituirá sempre em alternativa para oscilações de preços no mercado internacional.

A próxima década há de se caracterizar por acontecimentos marcantes, principalmente em relação aos nossos principais concorrentes africanos - nações recém-emancipadas, ora em processo de consolidação, o que significa instabilidade política com reflexos negativos em suas economias.

Assim, o tempo e o momento político africano trabalham em favor de nossa cacauicultura. A conjunção desses fatos, fundamentada na tecnologia da CEPLAC, consubstancia todo um quadro propício ao êxito do PROCACAU, e prenuncia a certeza da recuperação da liderança mundial, prevista para 1990.

*****
****
***
**
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** AVICULTURA

Os avicultores reivindicam atualmente a inclusão de seus produtos na pauta dos preços mínimos, buscando garantir um nível de renda que compense as oscilações sazonais dos preços de mercado. Com efeito, a avicultura é uma atividade produtiva sujeita a frequentes perturbações, seja no mercado do produto, seja no mercado dos insumos. No primeiro caso, as variações de preços de frangos resultam dos períodos de safra e entressafra da carne bovina. A oferta de ovos, por outro lado, depende da eficiência produtiva das aves de postura, que tende a ser mais elevada no segundo semestre, resultando em preços mais baixos neste período.

Quanto ao mercado de insumos, as perturbações de preços decorrem da sazonalidade da oferta de milho e soja, responsáveis por cerca de 90% do custo das rações. A importância destes dois produtos na estrutura da produção avícola é mais acentuada no segundo semestre do ano, quando seus preços são normalmente mais elevados em consequência da entressafra.

Compreende-se, assim, a inquietação dos avicultores. Defrontando-se com variações de preços e de custos ao longo do ano, vêem suas margens de lucro sujeitas a sensíveis oscilações, agravadas ainda pelo poder de oligopsônio dos abatedouros e pela constante ameaça de tabelamento dos preços dos ovos enquanto persistem os esforços de combate à inflação.

Embora a situação evidentemente exija alguma medida que tranquilize o setor, a alternativa dos preços mínimos não parece oferecer uma solução satisfatória para os problemas que envolvem a avicultura. Em primeiro lugar, o ciclo da pecuária bovina revela uma redução na disponibilidade de carne, que já se configura nesta entressafra, devendo prolongar-se pelos próximos anos. Ao menos enquanto

perdurar esta conjuntura, as perspectivas do mercado de frangos serão alvissareiras para os produtores. A escassez de carne bovina deverá ser parcialmente compensada por uma expansão na demanda de carnes de aves e suínos, cujos preços tenderão, portanto, a se manter firmes.

Em segundo lugar, caso os produtos avícolas fossem incluídos na pauta de preços mínimos, há que se considerar os elevados custos que acompanhariam a estocagem a frio e cujo ônus recairia sobre o governo, na hipótese de uma queda de preço abaixo do mínimo fixado. Por outro lado, a tentativa de classificação dos produtos granjeiros para efeito de fixação de preços criaria uma série de dificuldades adicionais à operacionalidade da medida.

Uma alternativa provavelmente mais eficaz seria o estabelecimento de uma política de armazenagem de grãos para rações que assegurasse plena disponibilidade destes produtos, com preços estáveis ao longo do ano. Na verdade, é neste ponto que se situa a vulnerabilidade do setor, pois além das oscilações dos preços do milho e da soja decorrentes dos períodos de safra e entressafra, os avicultores nem sempre tem a garantia da disponibilidade destes produtos no mercado. O problema é particularmente grave no caso do farelo de soja, sempre que os preços internacionais da leguminosa são elevados, favorecendo o aumento das exportações de farelo com consequente escassez no mercado interno, como se verificou no início do ano.

Assim, conquanto sejam justificadas as apreensões dos avicultores, parece duvidoso que o problema se resolva com a inclusão dos produtos avícolas na pauta dos preços mínimos. A intervenção do governo é recomendável apenas no sentido de evitar interrupções no processo normal da produção, garantindo ao setor suficiente provisão de insumos através de um programa de armazenagem reguladora de rações. A oferta de créditos para o setor também deve ser assegurada, principalmente no caso dos pequenos granjeiros, cuja débil posição financeira os torna vulneráveis à atuação especulativa dos intermediários. Finalmente, o quadrante altista que se anuncia para o mercado de carnes elimina qualquer propósito ao esquema de

preços mínimos. Pelo contrário, é tempo de se realçarem os malefícios de tabelamentos ostensivos de preço.

*** PECUÁRIA LEITEIRA

Por motivos que nunca ficaram inteiramente esclarecidos, o programa de estoques reguladores de leite em pó e manteiga da safra passada (76/77) deixou de ser utilizado pelos industriais do setor. É indiscutível, porém, que duas razões se somaram para compor a inocuidade do último programa. Em primeiro lugar, não se pode estimular a estocagem dos derivados lácteos na safra ao mesmo tempo em que se permite a importação desses mesmos derivados em condições mais vantajosas de preço. Em segundo lugar, a estiagem de janeiro e fevereiro de 1977 efetivamente prejudicou a produção, gerando deficits localizados, mesmo em regiões normalmente superavitárias.

Além disso, a ausência, neste último ano, de financiamento a queijos comprometeria, de qualquer forma, o espírito do programa regulador: o excesso de leite não consumido na safra pode ser estocado sob a forma de queijo, ou então, transformado em manteiga e leite em pó. A exclusão do financiamento a queijos prejudica o equilíbrio da oferta de entressafra, uma vez que estando todo o estoque regulador convertido em leite em pó, as indústrias naturalmente exercem pressão a favor da reidratação.

Recentemente, prometeu-se novo programa de estocagem reguladora para a safra entrante em dezembro de 1977. Não se sabe ainda se o novo programa aparecerá com nova roupagem. Paralelamente a tais promessas, também circula o renovado interesse em se incluir o leite em pó desengordurado na pauta de preços mínimos. Existe, no entanto, disparidade relevante, embora pouco aparente, entre a política de estoques diversificados e a política de preço mínimo para o leite em pó. Esta última certamente exige menos capacidade previsora por parte dos empresários e menos esforço e agilidade por parte dos executores públicos do programa. Fixado o preço mínimo, basta "enxugar" o mercado do excesso de leite na safra, reidratando-o na entres-

safra. A desvantagem clara está em que o expediente da reidratação constitui a ocasião mais propícia para a deterioração da qualidade do produto servido à população, ao lado de se haver tornado precária a solução para o problema do abastecimento de leite "in natura".

A opção da estocagem diversificada de produtos lácteos prescinde do intervencionismo do preço mínimo porque age diretamente sobre a oferta de derivados, obtendo-se a regulação do mercado pela via da administração de estoques.

Não obstante, a estocagem diversificada exige dos empresários a capacidade de prever o mercado de entressafra para queijos e manteiga, bem como exige do governo uma fiscalização adequada dos produtos estocados. Isto é, sem dúvida, penoso demais enquanto perdurar a confortável válvula de escape das importações, aliados à reidratação.

*** TRIGO

O fraco desempenho da triticultura nacional tem dado margem de argumentação aos que defendem a redução, ou mesmo extinção, do subsídio dos produtores brasileiros. Por trás, está a idéia de que é mais vantajoso atender à demanda interna via importações, do que buscar a auto-sustentação, mantendo-se um ágio de mais de 100% do preço interno sobre a cotação internacional. Mesmo assim, a produção brasileira para 77/78 não deverá ser superior à do ano passado, enquanto o consumo tende a elevar-se além das 6 milhões de t. Este patamar não era esperado para tão cedo, porém, foi possibilitado pela crescente participação de produtos à base de trigo na alimentação popular, a partir da escassez e consequente escalada dos preços do feijão.

Como a produção do trigo é remunerada internamente pelo governo a US$ 214/t, argumenta-se que seria mais compensador aproveitar as baixas cotações do mercado internacional (cerca de US$ 80/t), abandonando os esforços desenvolvidos ao longo dos últimos

anos, no sentido da auto-suficiência. Afinal, subsidiar o trigo nacional, para viabilizar sua produção interna, acarretaria, apenas este ano, um dispêndio de Cr$ 5 bilhões. Com efeito, a extinção do subsídio atende a objetivos de curto prazo. Não obstante, poderá apresentar repercussões futuras. Embora uma defesa da auto-suficiência não consiga apresentar números persuasivos, tampouco é óbvia a economicidade de se desenvolver a pesquisa tritícola, interrompendo-a quando o mercado internacional está em baixa. Isto, porque todo o investimento já efetuado até então se perderá, arcando-se com despesas sem retorno.

O problema do trigo nacional terá solução apenas num prazo dilatado, que parece distanciar-se no horizonte, quando a atual conjuntura favorável dos preços internacionais se afigura duradoura e, portanto, passível de nos permitir manter um hábito à base da importação do produto.

Uma alternativa para aliviar o peso da triticultura nas despesas governamentais, seria a redução do subsídio às indústrias, previsto para completar-se em três parcelas, das quais apenas a primeira foi retirada, em dezembro de 1976. No entanto, a redução do subsídio implicará necessariamente em elevação dos preços da farinha de trigo, pão e massas.

Paralelamente, cabe considerar que as medidas que buscam conter a expansão do consumo interno também protelam a solução do problema central, que está na inadaptabilidade de nossas variedades às condições ecológicas prevalecentes no Sul, o que somente será resolvido com maior alocação de recursos à pesquisa fitogenética. A permanecer a situação atual, consolidaremos uma posição de crescente dependência do mercado internacional do trigo.

*****
****
***
**
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

A firmeza do mercado internacional do cacau, a partir dos últimos 12 meses, aliada à crescente importância que vem assumindo no mercado interno, induzem-nos à necessidade de evidenciar em números como tem sido a evolução desse mercado na última década.

Na Tabela 14.A, observamos que, nos últimos 10 anos, apesar da lavoura ter atravessado fases críticas (adversidades climáticas e incidência de pragas e doenças), a cacauicultura tem elevado sua produção, apresentando um crescimento médio anual de 3,4%, no período 1967/68 - 1976/77. A menor produção mundial sem o arrefecimento da demanda, nos anos mais recentes, explica a forte redução do "carry over" interno. Em 1971/72, a produção mundial recorde de 1.582 mil t repercutiu diretamente no mercado brasileiro, quando os estoques tiveram forte aumento.

A exportação brasileira de derivados de cacau tem apresentado um crescimento mais acentuado do que a do produto em amêndoas. A Tabela 14.B mostra que no período 1966/76, o incremento da exportação de cacau processado foi da ordem de 4,0% a.a., ao passo que a exportação sob a forma de amêndoas evoluiu na base de apenas 1,3% a.a.

A expansão do consumo "per capita", da ordem de 55% no período 1970/76, pode ser explicada em grande parte pelo crescimento da renda "per capita", verificado no período, conforme a Tabela 14.C. Também merece destaque a influência das campanhas publicitárias que, a partir de 1972, o CONEC vem desenvolvendo no país. Na presente década esse consumo praticamente dobrou, tendo as indústrias chocolateiras não exportadoras processado o equivalente a 486.000 sacas de 60 kg de amêndoas de cacau em 1976, contra 226.000 em 1970.

TABELA 14.A

BRASIL: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CACAU - 1967/68-1976/77

(em sacas de 60 kg de amêndoas)

SAFRA	PRODUÇÃO			ÍNDICE DE PROD. TOTAL 67/68=100	"CARRY OVER"	ÍNDICE DO "CARRY OVER" 67/68=100
	TEMPORÃ	PRINCIPAL	TOTAL			
1967/68	1.297.545	1.364.658	2.662.203	100,0	66.253	100,0
1968/69	896.393	871.415	1.767.808	66,4	34.811	52,5
1969/70	1.749.132	1.528.762	3.277.894	123,1	47.917	72,3
1970/71	1.681.571	945.378	2.626.949	98,7	11.684	17,6
1971/72	1.944.354	1.510.679	3.455.033	129,8	160.221	241,8
1972/73	1.095.051	1.790.589	2.885.640	108,4	117.173	176,9
1973/74	704.539	2.376.457	3.080.996	115,7	97.344	146,9
1974/75	1.514.763	1.613.452	3.128.215	117,5	34.385	51,9
1975/76	2.630.474	1.899.331	4.529.805	170,2	17.193	26,0
1976/77	2.090.687	1.496.736	3.587.423	134.8	25.510	38,5

Fonte: COMCAUBA

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

TABELA 14.B

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CACAU EM QUANTIDADE E VALOR REAL[1/] - 1966/1976

ANO	AMÊNDOAS				DERIVADOS (equivalente em amêndoas)				TOTAL US$ 1.000 FOB
	QUANTIDADE (t)	ÍNDICE 1966=100	VALOR US$ 1.000 FOB	ÍNDICE 1966=100	QUANTIDADE (t)	ÍNDICE 1966=100	VALOR US$ 1.000 FOB	ÍNDICE 1966=100	
1966	112.498	100,0	97.540,85	100,0	56.818	100,0	41.342,05	100,0	138.882,90
1967	114.351	101,6	112.773,54	115,6	56.671	99,7	50.062,91	121,1	162.836,45
1968	75.814	67,4	86.325,84	88,5	49.843	87,7	51.402,62	124,3	137.728,46
1969	119.560	106,3	190.560,87	195,4	43.016	75,7	59.850,32	144,8	250.411,19
1970	119.768	106,5	135.092,17	138,5	51.800	91,2	56.196,52	135,9	191.288,69
1971	119.071	105,8	103.840,07	106,5	57.334	100,9	50.792,93	122,9	154.633,00
1972	102.254	90,9	111.201,16	114,0	74.034	130,3	65.980,06	159,6	177.181,22
1973	82.774	73,6	125.296,53	128,5	71.323	125,5	84.842,18	205,2	210.138,71
1974	129.865	115,4	251.258,67	257,6	88.138	155,1	153.540,32	371,4	404.798,99
1975	179.628	159,7	241.791,75	247,9	80.715	142,1	117.070,44	283,2	358.862,19
1976	128.838	114,5	229.449,34	235,2	83.461	146,9	144.985,32	350,7	374.434,66

1/ Deflator: Índice de Preços no Atacado EUA, IFS/FMI, base mar/77

Fonte: CACEX e CEPLAC

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

TABELA 14.C

EVOLUÇÃO DO CONSUMO INTERNO DE CHOCOLATE NO BRASIL - 1970/1976

ANO	CONSUMO INTERNO DE CACAU E DERIVADOS 1/	ÍNDICE 1970=100	PRODUÇÃO DE CHOCOLATE SOB TODAS AS FORMAS (t)	ÍNDICE 1970=100	POPULAÇÃO (milhões de habitantes)	CONSUMO DE CHOCOLATE PER CAPITA (g)	ÍNDICE 1970=100
1970	226.000	100	40.800	100	94,5	431	100
1971	233.000	103	43.300	106	95,9	451	104
1972	240.000	106	46.200	113	98,6	468	108
1973	281.000	124	53.500	131	101,4	527	122
1974	324.000	143	59.000	144	104,3	566	131
1975	364.000	161	65.800	161	107,1	614	142
1976	486.000	215	74.100	181	110,1	670	155

1/ Equivalente em sacas de 60 kg de amêndoas

Fonte: CONEC e IBGE

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola